



FLS 6537

Políticas públicas, burocracia e instituições burocráticas

1º semestre de 2025

Professora Catarina Ianni Segatto (catarina.segatto@gmail.com)

Objetivos

O objetivo do curso é discutir criticamente as principais abordagens teóricas que analisam o conceito de burocracia, a relação entre política e burocracia e os diferentes papéis da burocracia e das instituições burocráticas na formulação e implementação de políticas públicas.

A discussão sobre a burocracia é central na Ciência Política para compreender processos decisórios e a formulação de políticas públicas. Essa discussão envolve um debate mais amplo sobre a relação entre política e burocracia, legitimidade democrática e accountability. Estudos mais recentes também destacam o papel central da burocracia em análises sobre as relações entre Estado e sociedade e na implementação de políticas públicas. O presente curso busca aprofundar a compreensão sobre a relação entre burocracia e políticas públicas a partir das intersecções com outros temas fundamentais para a área.

Procedimentos pedagógicos

Todas as aulas e atividades serão presenciais. As aulas serão compostas por aulas expositivas e apresentação das leituras obrigatórias realizadas pelos alunos e contarão com debates em torno das leituras indicadas. Todos os textos e demais materiais estarão disponíveis no E-disciplinas e as entregas das atividades de avaliação serão realizadas no E-disciplinas.

Avaliação

A avaliação será baseada na entrega de um trabalho individual (60%) no final do curso e na participação nas aulas (apresentação e debate) (40%).

Programa

19/03 - Apresentação do curso e conceitos introdutórios

Leitura obrigatória:

Weber, M. (2015). *Economia e sociedade*. Editora UnB. Capítulo IX (198-233).

Leituras complementares:

Gouldner, A. W. (1954). *Patterns of Industrial Bureaucracy*.

Merton, R. (1966). Estrutura burocrática e personalidade. In E. Campos (org.). *Sociologia da Burocracia*. Ed. Zahar.

Selznick, P. (1949). *TVA and the Grass Roots*. University of California Press.

Selznick, P. (1943). An approach to a theory of bureaucracy. *American Sociological Review*, 8(1), 47-54.

Weber, M. (1993). *Parlamento e Governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Editora Vozes.

26/03 - Hibridismo e politização da burocracia

Leituras obrigatórias:

Aberbach, J., Putnam, R. & Rockman, B. (1981). *Bureaucrats and politicians in Western Democracies*. Harvard University Press. Introdução e conclusão.

Nunes, E. (2019). *A gramática política do Brasil*. Garamond. Cap. 5 (95- 118).

Leituras complementares:

Abrucio, F. L., & Loureiro, M. R. (2018). Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. Ipea.

Geddes, B. (1996). *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. University of California Press.

Loureiro, M. R., & Abrucio, F. L. (1999). Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14, 69-89.

Panizza, F., Peters, B. G., & Larraburu, C. R. (orgs.). (2022). *The politics of patronage appointments in Latin American central administrations*. University of Pittsburgh Press.

Peters, B. G. (2018). *The politics of bureaucracy: An introduction to comparative public administration*. Routledge.

02/04 - Autonomia, capacidade e reputação

Leituras obrigatórias:

Carpenter, D. P., & Krause, G. A. (2012). Reputation and public administration. *Public administration review*, 72(1), 26-32.

Skocpol, T. (2010). Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In P. B. Evans, D. Rueschemeyer & T. Skocpol (orgs.). *Bringing the state back in* (p. 3-38). Routledge.

Leituras complementares:

Abrucio, F. L., Loureiro, M. R., & Pacheco, R. S. (2010). *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI*. Editora FGV.

Carpenter, D. (2002). *The forging of bureaucratic autonomy: Reputations, networks, and policy innovation in executive agencies, 1862-1928*. Princeton University Press.

Cingolani, L. (2013). The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures.

Lodge, M. (2014). Regulatory Capacity. In M. Lodge & K. Wegrich (Eds.), *The Problem-solving Capacity of the Modern State: Governance Challenges and Administrative Capacities*. Oxford: Oxford University Press.

09/04 - Capacidade estatal e capacidade de políticas públicas

Leituras obrigatórias:

Pires, R. R. C., & Gomide, A. D. Á. (2024). Arranjos de implementação e ativação de capacidades estatais para políticas públicas: uma abordagem analítica. *Revista de Sociologia e Política*, 32, e022.

Wu, X., Ramesh, M., & Howlett, M. (2015). Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. *Policy and society*, 34(3-4), 165-171.

Leituras complementares:

Grin, E. J., Demarco, D. J., & Abrucio, F. L. (2021). *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. UFRGS.

Lavalle, A.; Rodrigues, M. e Guicheney, H. (2020). Agência local e indução federal: a operação da política municipal de habitação em Recife e Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, 27, 1-27.

Pires, R., & Gomide, A. (2016). Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de sociologia e política*, 24(58), 121-143.

Williams, M. (2021) Beyond state capacity: bureaucratic performance. Policy implementation and reform. *Journal of Institutional Economics*, 17(2), pp. 339-357.

23/04 - Atores e instituições

Leituras obrigatórias:

Bauer, M. W., & Becker, S. (2020). Democratic backsliding, populism, and public administration. *Perspectives on public management and governance*, 3(1), 19-31.

Marier, P. (2005). Where did the bureaucrats go? Role and influence of the public bureaucracy in the Swedish and French pension reform debate. *Governance*, 18(4), 521-544.

Martí, I., & Fernández, P. (2013). The institutional work of oppression and resistance: Learning from the Holocaust. *Organization Studies*, 34(8), 1195-1223.

Leituras complementares:

Hallett, T., & Hawbaker, A. (2021). The case for an inhabited institutionalism in organizational research: Interaction, coupling, and change reconsidered. *Theory and Society*, 50, 1-32.

Hallett, T., & Ventresca, M. J. (2006). Inhabited institutions: Social interactions and organizational forms in Gouldner's Patterns of Industrial Bureaucracy. *Theory and society*, 35, 213-236.

Hecló, Hugh. 1974. *Modern Social Politics in Britain and Sweden*. Yale University Press.

Orloff, A. S., & Skocpol, T. (2017). Why not equal protection? Explaining the politics of public social spending in Britain, 1900–1911, and the United States, 1880s–1920. In *The Progressive Era in the USA: 1890–1921* (pp. 233-253). Routledge.

30/04 - Identidade, valores e ideias

Leituras obrigatórias:

Oberfield, Z. W. (2014). *Becoming bureaucrats: Socialization at the front lines of government service*. University of Pennsylvania Press. Cap. 1.

Sola, L. (1998). *Ideias econômicas, decisões políticas*. Edusp. Cap. 3.

Leituras complementares:

Alcadipani, R., Lotta, G., & Rodrigues, C. (2021). Police officers and the meaning of work: The forgotten dimension. *Public organization review*, 1-17.

Béland, D., & Cox, R. H. (Eds.). (2010). *Ideas and politics in social science research*. Oxford University Press.

Du Gay, P. (2000). *In praise of bureaucracy: Weber-organization-ethics*.

Loureiro, M. R. (1992). Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(20), 47-65.

Watkins-Hayes, C. (2019). *The new welfare bureaucrats: Entanglements of race, class, and policy reform*. University of Chicago Press.

07/05 - Mudanças e empreendedores

Leituras obrigatórias:

Bakir, C., Akgunay, S., & Coban, K. (2021). Why does the combination of policy entrepreneur and institutional entrepreneur roles matter for the institutionalization of policy ideas? *Policy Sciences*, 54(2), 397-422.

Frisch Aviram, N., Cohen, N., & Beerli, I. (2020). Wind(ow) of change: A systematic review of policy entrepreneurship characteristics and strategies. *Policy Studies Journal*, 48(3), 612-644.

Leituras complementares:

Battilana, J., Leca, B., & Boxenbaum, E. (2009). How actors change institutions: Towards a theory of institutional entrepreneurship. *Academy of Management annals*, 3(1), 65-107.

Cohen, N. (2021). *Policy Entrepreneurship at the Street Level*. Cambridge University Press.

Hardy, C., & Maguire, S. (2017). Institutional entrepreneurship and change in fields. *The Sage handbook of organizational institutionalism*, 2, 261-80.

14/05 - Movimentos sociais e ativismo burocrático

Leituras obrigatórias:

Abers, R. (2021). Institutions, networks and activism inside the state: women's health and environmental policy in Brazil. *Critical Policy Studies*, 15(3), 330-349.

Rich, J. A. (2021). *Ativismo patrocinado pelo Estado: burocratas e movimentos sociais no Brasil democrático*. Editora FIOCRUZ. Apresentação e cap 1.

Leituras complementares:

Falleti, T. (2010). Infiltrating the State: The Evolution of Health Care Reforms in Brazil, 1964-1988. Mahoney, J., & Thelen, K. (orgs.). (2009). *Explaining institutional change: Ambiguity, agency, and power*. Cambridge University Press.

Olsson, J., & Hysing, E. (2012). Theorizing inside activism: Understanding policymaking and policy change from below. *Planning Theory & Practice*, 13(2), 257-273.

Olsson, J. (2016). *Subversion in institutional change and stability: A neglected mechanism*. Springer.

Pereira, M. M. (2024). Ativismo Multinível: Movimento LGBTI+ ea Circulação de Políticas Públicas. *Dados*, 68(2), e20230090.

21/05 - Rede, permeabilidade e circulação

Leituras obrigatórias:

Marques, E. C. (2006). Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir de políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21, 15-41.

Heclo, H. (1978). Issue networks and the executive establishment. In A. King (org.). *The new American political system*. American Institute for Public Policy Research.

Leituras complementares:

Marques, E. & Bichir, R. (2023). Policy change in socially embedded local policy processes in São Paulo, 1988–2020. *Policy Studies*.

Porto de Oliveira, O. (2020). Policy ambassadors: Human agency in the transnationalization of Brazilian social policies. *Policy and Society*, 39(1), 53-69.

Schneider, B. R. (2010). *Politics within the state: elite bureaucrats and industrial policy in authoritarian Brazil*. University of Pittsburgh Press.

Segatto, C. (2018). Policy diffusion in subnational governments: State–local relationships in the Brazilian education policy. *Regional & Federal Studies*, 28(1), 79-100.

28/05 - BNR, discricionariedade e agência

Leituras obrigatórias:

Brodkin, E. Z. (2015). The inside story: Street-level research in the US and beyond. In *Understanding street-level bureaucracy* (pp. 25-42). Policy Press.

Lipsky, M. (2018 [1980]). *Burocracia de nível da rua*. Enap. Introdução e cap. 1.

Lotta, G. S., & Marques, E. C. (2020). How social networks affect policy implementation: An analysis of street-level bureaucrats' performance regarding a health policy. *Social Policy & Administration*, 54(3), 345-360.

Leituras complementares:

Buffat, A. (2015). Street-level bureaucracy and e-government. *Public management review*, 17(1), 149-161.

Eiró, F., & Lotta, G. (2024). On the frontline of global inequalities: A decolonial approach to the study of street-level bureaucracies. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 34(1), 67-79.

Peeters, R., & Campos, S. A. (2023). Street-level bureaucracy in weak state institutions: a systematic review of the literature. *International Review of Administrative Sciences*, 89(4), 977-995.

Tummers, L. L., Bekkers, V., Vink, E., & Musheno, M. (2015). Coping during public service delivery: A conceptualization and systematic review of the literature. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 25(4), 1099-1126

Zacka, B. (2017). *When the state meets the street: Public service and moral agency*. Harvard University Press.

04/06 - Categorização, interação e desigualdades

Leituras obrigatórias:

Dubois, V. (2016). *The bureaucrat and the poor: Encounters in French welfare offices*. Routledge. Introdução.

Maynard-Moody, S. W., & Musheno, M. C. (2022). *Cops, teachers, counselors: Stories from the front lines of public service*. University of Michigan Press. Cap. 1.

Harrits, G. S., & Møller, M. Ø. (2011). Categories and categorization: towards a comprehensive sociological framework. *Distinktion: Scandinavian journal of social theory*, 12(2), 229-247.

Leituras complementares:

Harrits, G. S. (2019). Stereotypes in context: How and when do street-level bureaucrats use class stereotypes? *Public Administration Review*, 79(1), 93-103.

Maynard-Moody, S., & Musheno, M. (2000). State agent or citizen agent: Two narratives of discretion. *Journal of public administration research and theory*, 10(2), 329-358.

Pires, R. (2016). Sociologia do guichê e implementação de políticas públicas. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 81, 5-24.

Pires, R., & Lotta, G. (2019). Burocracia de nível de rua e (re) produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In R. Pires (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de*

desigualdades na implementação de políticas públicas (pp. 127-152). Ipea.

Serre, D. (2017). Class and gender relations in the welfare state: The contradictory dictates of the norm of female autonomy. *Social Sciences*, 6(2),1–10.

11/06 - Fardos, limbo e outras dinâmicas

Leituras obrigatórias:

Moynihan, D., Herd, P., & Harvey, H. (2015). Administrative burden: Learning, psychological, and compliance costs in citizen-state interactions. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 25(1), 43-69.

Spink, P., Lotta, G., & Burgos, F. (2021). Institutional vulnerability and trust in public agencies: Views from both sides of the street. *Governance*, 34(4), 1057-1073.

Leituras complementares:

Auyero, J. (2020). *Patients of the state: The politics of waiting in Argentina*. Duke University Press.

Chudnovsky, M., & Peeters, R. (2022). A cascade of exclusion: Administrative burdens and access to citizenship in the case of Argentina's national identity document. *International Review of Administrative Sciences*, 88(4), 1068-1085.

Eiró, F. (2019). A “boa implementação” do Programa Bolsa Família: A interação entre assistentes sociais e beneficiárias para além das regras burocráticas. In R. Pires (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas* (pp. 617-635). Ipea.

Halling, A., & Baekgaard, M. (2024). Administrative Burden in Citizen–State Interactions: A Systematic Literature Review. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 34(2), 180-195.

Masood, A., & Azfar Nisar, M. (2021). Administrative capital and citizens' responses to administrative burden. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 31(1), 56-72.

Herd, P., & Moynihan, D. (2024). Gendered administrative burden: regulating gendered bodies, labor, and identity. *Journal of Public Administration Research and Theory*, muae021.